

Direito Internacional Público I

Frequência 1.º Semestre

Grelha de Correção

As respostas devem abordar os seguintes tópicos:

Grupo I

A)

- Distinção entre acordo sob a forma simplificada e tratado (ausência ou necessidade de ratificação como manifestação do consentimento de estar vinculado) – cfr. pág. 196-197 e 213-215 do *Manual de Direito Internacional Público*, dos Professores André Gonçalves Pereira e Fausto de Quadros.
- A relevância da ordem jurídica interna dos Estados para a determinação do acto através do qual o Estado manifesta o consentimento em estar vinculado a determinado tratado.
- Equivalência de efeitos entre assinatura e ratificação, no respeito pela CV e pela ordem jurídica interna do Estado em causa.
- Distinção entre os efeitos da assinatura enquanto autenticação do texto de um tratado (artigo 10.º da CV) e assinatura enquanto manifestação do consentimento de estar vinculado ao tratado (artigo 11.º).
- Possibilidade de assinatura sob reserva de ratificação (artigo 14.º, n.º 1, alínea d) da CV).

B)

- Definição sintética de cada uma das figuras.
- Qualificação das diversas figuras como actos jurídicos unilaterais de Direito Internacional Público.
- Qualificação do protesto como acto autónomo e heteronormativo; da renúncia como acto autónomo e autonormativo; da denúncia como acto não autónomo; da adesão como acto não autónomo.

- Justificação sintética face às definições constantes da pág. 15 do *Direito Internacional Público – Sumários Desenvolvidos*.

C)

- Legítima defesa (art. 51.º da Carta das Nações Unidas), p. 483 e ss. do *Manual de Direito Internacional Público*, dos Professores André Gonçalves Pereira e Fausto de Quadros .

- Intervenções armadas determinadas pelo Conselho de Segurança da ONU ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas (*maxime* art. 42.º) p. 514 e ss. do *Manual de Direito Internacional Público*, dos Professores André Gonçalves Pereira e Fausto de Quadros.

- Discutir eventual admissibilidade da “ingerência humanitária” em conflitos internos com recurso ao uso da força (pp. 213. e ss. do *Curso de Direito Internacional Público*, do Professor Jorge Miranda).

D)

- Proximidade teleológica do art. 46.º da Convenção de Viena de 1969 e do art. 277.º, n.º 2 da Constituição: ambos visam salvaguardar vigência interna de tratados que violem normas fundamentais de direito interno num contexto de vinculação internacional do Estado.

- Diferenças do regime decorrente dos dois preceitos (46.º CV pressupõe “violação manifesta”/CRP não; CRP exige “reciprocidade”/46.º CV não; CRP contempla ilegalidades orgânicas e formais/CV apenas orgânicas.

- Defesa da extensão do regime da irregularidade aos acordos internacionais sob forma simplificada (*Sumários Desenvolvidos* de DIP do Professor Blanco de Moraes, p. 38 e *Curso de Direito Internacional Público*, do Professor Jorge Miranda, pp. 169-170).

Grupo II

A resposta deveria ser estruturada de acordo com os três eixos da pergunta:

- a) Relação do ius cogens com a Constituição – desaplicação de normas constitucionais - Jorge Miranda (Curso de Direito Internacional Público, pág. 155 e seguintes, maxime 158;
- b) Relação do ius cogens com normas convencionais – desaplicação da norma convencional, por maioria de razão, com relação à alínea a) e por aplicação do artigo 8º, n.º 2 da CRP em relação com os artigos 53º e 64º da CV;
- c) Relação do ius cogens com normas legais de valor reforçado – desaplicação da norma legal de valor reforçado - por maioria de razão, com os argumentos expendidos pelo Prof. Jorge Miranda, referidos na alínea a).”

Grupo III

1 - Formulação da reserva pelo Estado francês:

- Pressupostos gerais de admissibilidade da formulação de reservas (artigos 2.º/d) 19.º CV);

- Admissibilidade no caso em apreço:

- Conteúdo da reserva: reserva interpretativa (distinção da figura da declaração interpretativa); modificação do efeito jurídico do artigo 9.º da convenção da hipótese;

- Momento de formulação da reserva: a assinatura enquanto expressão do consentimento à vinculação (artigo 19.º CV; artigos 11.º e 12.º CV);

- Efeitos da reserva formulada:

[em geral, tomando-se a reserva como válida e aceite, a convenção aplica-se nas relações entre o Estado que formula a reserva e as restantes partes de acordo com o sentido da reserva formulada (artigos 20.º e 21.º CV); a reserva formulada não modifica as disposições da convenção quanto às restantes partes, nas relações entre si (artigo 21.º/2 CV)];

- No caso em apreço, entendendo-se que se tratava de um número restrito de Estados e que a aplicação integral da convenção a todas as partes seria condição essencial para o consentimento de cada uma a vincular-se pelo tratado (critérios que deverão ser cumulativos, de acordo com os comentários produzidos pela Comissão de Direito Internacional nos trabalhos preparatórios da Convenção de Viena), seria necessária a aceitação da reserva por todas as partes (artigo

20.º/2 CV; unanimidade de aceitação enquanto excepção ao regime de admissibilidade das reservas);

- Apesar de terem ocorrido aceitações tácitas da reserva por parte dos Estados marroquino e italiano (por força do artigo 20.º/5, 2.ª parte, uma vez que exprimiram o seu consentimento a vincular-se pelo tratado em momento posterior ao da formulação da reserva, sem que no momento da confirmação da assinatura tenham formulado qualquer objecção), não houve nenhuma aceitação expressa, nem havia decorrido ainda o prazo de doze meses necessário à formação de aceitações tácitas por parte dos restantes Estados contratantes (artigos 20.º/4/c) e 20.º/5 CV), pelo que a reserva não seria tida por aceite, não produzindo efeitos (artigo 20.º/2 CV).

(caso não se tenha considerado restrito o número de Estados, nem a aplicação na íntegra do tratado a todas as partes condição necessária ao consentimento das mesmas a vincularem-se pelo tratado, a reserva produziu efeitos, por aplicação do artigo 20.º /4/c), por via das aceitações tácitas dos Estados marroquino e italiano nos termos do artigo 20.º/5, 2.ª parte)

Formulação da objecção pelo Estado marroquino:

- Pressupostos gerais de admissibilidade da formulação de objecções;

Admissibilidade no caso em apreço:

- Conteúdo da objecção: “rejeição total” e objecção qualificada: necessidade de referência expressa da parte objectora à intenção de não aceitar a vigência da convenção relativamente ao Estado que formulou a reserva (artigos 20.º/4/b) e 21.º/3 CV);

- Momento de formulação da objecção: objecção formulada no momento da assinatura *ad referendum*; necessidade de a objecção ser formulada, tal como a reserva, no momento em que exprime o consentimento à vinculação (formulação da objecção por “Estado contratante”, artigos 20.º/4/b) e 2.º/1/f) CV; igualmente, artigo 20.º/5 CV));

- Necessidade de comunicação por escrito a todas as partes, por via do depositário (artigos 23.º/1, 77.º/1/e) e 78.º/b) e c) CV);

Efeitos da objecção:

- Em geral: efeitos das objecções simples (artigo 21.º/3 CV) e qualificadas (artigo 20.º/4/b) CV);

- No caso em apreço: tratando-se de acto receptício, não tendo sido observado o procedimento estipulado nos artigos 23.º/1 e 77.º/1/e) CV, nos termos do artigo 78.º/b), não será considerada como tendo sido feita pelo Estado marroquino; assim, a reserva do Estado francês não foi rejeitada pelo Estado marroquino; também por força do artigo 20.º/5, 2.ª parte, se afasta a formulação de objecção pelo Estado marroquino, operando-se, então a aceitação tácita da reserva do Estado francês (uma vez que Marrocos exprimiu o seu consentimento a vincular-se pelo tratado em momento posterior ao da formulação da reserva).

2 - Fiscalização preventiva da constitucionalidade de convenções internacionais: base constitucional (artigo 278.º/1 CRP); legitimidade (artigo 278.º/1 CRP); tempestividade (artigo 278.º/3 CRP);

Fundamento de inconstitucionalidade orgânica:

- Regras constitucionais de repartição de competências em matéria de aprovação de convenções internacionais (artigos 161.º/i) e 197.º/1/c) CRP);

- Na hipótese, competência da Assembleia da República em função da matéria versada na convenção, bem como por força da competência para aprovação de convenções internacionais que devam revestir a forma de tratado (artigo 161.º/i), 1.ª parte CRP); incompetência relativa do Governo para aprovação da convenção (artigo 197/1/c) CRP);

Fundamento de inconstitucionalidade formal:

- Reserva de tratado na disciplina constitucional: reserva necessária e reserva eventual de tratado no âmbito do artigo 161.º/i; referência à discussão doutrinária relativamente à extensão da reserva de tratado a convenções que versem sobre matérias especificamente contempladas em preceitos avulsos de

reserva de convenção, bem como a convenções que introduzam disciplina primária de qualquer matéria;

- No caso, violação da imposição constitucional da forma de tratado para convenções internacionais que versem matéria respeitante a assuntos militares (161.º/i), 1.ª parte, CRP);
- Ainda no caso, violação da forma constitucionalmente imposta para o acto de aprovação de acordos pelo Governo: decreto (artigo 197.º/2 CRP) e não resolução do Conselho de Ministros.

3 – Identificação do motivo invocado para não cumprimento do artigo 9.º da convenção: invalidade por vício de consentimento e da vontade, com fundamento em erro (artigo 48.º CV);

- Erro enquanto causa de invalidade de tratado no âmbito da CV: a nulidade relativa como tipo de invalidade gerada; pressupostos gerais de admissibilidade de invocação do erro;
- Inadmissibilidade de invocação de erro no caso em apreço (análise, em especial, do conceito de “erro de facto” e do n.º 2 do artigo 48.º);
- Recusa em cumprir o artigo 9.º – divisibilidade: regra da indivisibilidade dos tratados (artigo 44.º/2 CV); pressupostos de admissibilidade; inadmissibilidade no caso em apreço (análise dos pressupostos cumulativos do artigo 44.º/3 CV, em especial a dificuldade de ultrapassar, no caso da hipótese, o pressuposto da alínea b) do n.º 3).

4 – O Estado francês age pressupondo a existência de objecção qualificada do Estado marroquino, o que não ocorreu (analisado em 1), pelo que, no momento em que recusa a Marrocos a utilização de uma das suas bases aéreas, a convenção era aplicável entre as duas partes;

- Entendendo-se que a reserva não chegara a produzir efeitos, o Estado francês encontrar-se-ia em violação da convenção ao recusar o pedido de Marrocos;

(se se tivesse entendido que a reserva formulada pelo Estado francês produzira efeitos, a convenção era apenas aplicável com o sentido imposto pela reserva e aquela parte só se encontraria em incumprimento se Marrocos agisse no âmbito de actuação bélica determinada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, nos termos do artigo 42.º da Carta).

- O Estado marroquino age pressupondo que a convenção se encontra em vigor entre os dois Estados, sem qualquer modificação das suas disposições (conforme solução proposta em 1), e que, como tal, o Estado francês violou a convenção;
- Violação substancial da convenção enquanto causa de cessação da vigência da mesma: conceito (artigo 60.º/3 CV); pressupostos gerais de admissibilidade (artigo 60.º/1 e 2 CV); admissibilidade de cessação da vigência de convenção multilateral por violação substancial da mesma (artigo 60.º/2/a) CV);
- No caso em apreço: improcedência da pretensão do Estado marroquino de fazer cessar a vigência da convenção nas suas relações com todas as partes; enquanto parte especialmente afectada pelo incumprimento, apenas tem legitimidade para invocar a violação substancial da convenção por parte do Estado francês como motivo de suspensão nas suas relações com o autor da violação da convenção (artigo 60.º/2/b).